

<http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/seer/ojs/viewarticle.php?id=96&layout=html&mode=preview>

DOSSIÊ

**O CARMO OU PORQUE UM QUILOMBO NÃO QUER SER UM
QUILOMBO**

Elaine Pedreira Rabinovich

Universidade de São Paulo e Universidade Católica do Salvador

Ana Cecília Sousa Bastos

Universidade Federal da Bahia

RESUMO: Trata-se de um relato de experiência ocorrido em uma comunidade de origem quilombola em que o método de “observação participante” revelou como o pesquisador é um personagem historicamente inserido cujas ações têm um teor político. Descreve os acontecimentos que apontaram para o método como engajado e não à margem da política, organizados nos seguintes itens: a lei do silêncio; o progresso; o esquecimento; o ocultamento; a dinâmica do grupo.. As considerações finais sugerem explicações para a morte do quilombo como tal e para a própria ação do pesquisador como uma política em ação.

Palavras-chave: Método; Política; Psicologia; Quilombo; História

CARMO OR WHY A QUILOMBO DOES NOT WANT TO BE A QUILOMBO

ABSTRACT: This is a report of an experience occurred in a community originated from a quilombo (a slave settlement) in which the method of “participant observation” revealed the researcher as a historical character which actions have a

political meaning. It describes the events that pointed to the method as engaged and not apart from politics, organized as: the law of silence; the progress; the forgotten and hidden parts of their history; the dynamics of the group. Final considerations suggested explanations for its death as a quilombo and to the research's action as a political action.

Key-words: Method; Politics; Psychology; Quilombo; History

Este é um relato de experiência em uma comunidade de origem quilombola em que o método de “observação participante” revelou como o pesquisador é um personagem historicamente inserido, cujas ações têm um teor político. Pretende mostrar como a psicologia, ou a observação participante como método em psicologia, não se encontra à margem da política, sendo ela própria, um ato e um agente político.

A localidade do Carmo faz parte de um bairro da cidade de São Roque, Estado de São Paulo, localizado a 22 km de São Roque, em uma região rural. Trata-se do bairro mais afastado do centro da cidade.

O nome do bairro deve-se a um núcleo original de descendentes de escravos, agrupados em torno de uma capela por eles construída, dedicada à Nossa Senhora do Carmo. No mapa oficial do local, o local é nomeado como Quilombo do Carmo sendo que foi reconhecido oficialmente pela Fundação Palmares - órgão responsável pelo reconhecimento de agrupamentos como sendo de descendentes de escravos para a posterior titulação das terras a eles pertencentes - como um “*Remanescente de Quilombo e Patrimônio psico-sócio-cultural e econômico*” (Diário Oficial, 28 agosto de 2000). No seu entorno, fazendo parte do bairro do Carmo, estão fazendas, condomínios fechados, chácaras e outros modos de ocupação do solo.

Os moradores mais antigos foram nascidos e criados na lavoura; porém, há cerca de 10 anos, estas foram sendo desativadas. Deste modo, os moradores do Carmo trabalham atualmente como pedreiros, empregados domésticos, jardineiros,

principalmente em um grande condomínio com quem divide fronteiras. Há poucos moradores com carteira assinada, ou seja, com empregos fixos, o que possibilita dizer que se encontram em uma situação de sub-emprego.

Uma associação católica, atuante no local há 30 anos, cuja máxima é “ajudando o outro, você se ajuda”, orientou a implantação de vários programas: o mutirão para construção de moradias; a padaria comunitária; o Projeto Amigo de auxílio a crianças; a limpeza comunitária; um mercadinho comunitário que vende a preço de custo; uma farmácia comunitária, etc. Por ação dos membros dessa associação e de pessoas do bairro, a escola, que estava para ser fechada, hoje tem 400 alunos, do bairro e das redondezas, assim como há uma creche e uma pré-escola.

Deste modo, embora não se possa dizer que haja um grupo funcionando de modo comunitário no bairro, há líderes comunitários e uma experiência de trabalho comunitário no bairro. Do ponto de vista geográfico e histórico, pode ser dito serem uma comunidade.

Os moradores do Carmo, em geral, não se reconhecem como quilombolas devido a inúmeros fatores, sendo um deles a miscigenação pelo qual o grupo passou. No entanto, a maioria de seus moradores ostenta uns poucos sobrenomes – Carmo e Borba -, sendo todos de algum modo aparentados.

1) A problemática

O motivo do presente trabalho está na pergunta que o denomina: porque um quilombo, reconhecido como tal, não quer ser um quilombo?

Essa pergunta resume as questões que envolveram a pesquisadora de campo e o Carmo durante o percurso desta no local.

Tal percurso pode ser descrito como consistindo de quatro fases.

Em uma primeira fase, o motivo da ida ao local foi obter uma compreensão a contribuição dos afrodescendentes na constituição identitária brasileira, a partir do modo de cuidar e do modo de morar de três gerações (Rabinovich, 2003a).

Dentro de uma perspectiva metodológica etnográfica e etológica, foi compilado e registrado o maior número de informações possíveis, de fontes as mais variadas e com um planejamento flexível quer das entrevistas quer das idas ao campo.

A pesquisa iniciou-se entrevistando as pessoas afrodescendentes mais idosas. Em seguida, entrevistaram-se suas filhas ou parentes. As crianças destas famílias foram observadas em ambiente doméstico e escolar, com dados complementares sendo fornecidos pelas orientadoras da creche e da escola, e pela enfermeira do Posto de Saúde.

Nessa fase, tomamos conhecimento da história do quilombo conforme documentos coletadas na biblioteca de São Roque, nos periódicos, na história do bairro escrita pelas crianças da escola, e pelo documento oficial da Fundação Palmares que reconheceu o bairro como remanescente de quilombo, e por alguns relatos orais. Ao mesmo tempo, observamos um aparente desconhecimento, pelos moradores, de que ali era um quilombo.

Em uma segunda fase, um segundo projeto, em colaboração com Bastos (2002; Rabinovich & Bastos, 2005), objetivou estudar, de modo comparativo Bahia / São Paulo, como projetos sociais - ONGs e OGs - interferiam na vida familiar do ponto de vista das famílias.

Um aluno, com bolsa de iniciação científica, foi acrescentado à equipe com a proposta de um estudo comparativo entre o uso de desenho, fotografias e entrevista da família e da moradia para a coleta de dados (Silva, Bastos & Rabinovich, 2003). Esse projeto complementaria o estudo da família e de sua inserção nos projetos sociais de um modo mais acurado, pelo desenho e fotos da moradia, e pela entrevista familiar.

No retorno ao campo, em companhia desse aluno, deu-se o segundo momento de questionamento político, motivo do presente trabalho: a pesquisadora de campo, ao aproximar de um senhor que já havia sido entrevistado anteriormente por ser reconhecido como um importante intermediário entre o local e a prefeitura, foi ameaçada, no sentido de que a sua presença estava causando inquietação,

principalmente “por fazer muitas perguntas” e tirar muitas fotos, não entendidas como parte do estudo.

Esses fatos levaram a uma mudança na estratégia da pesquisa, decidindo-se entrevistar apenas pessoas que fossem apresentadas e aceitassem a ida à sua casa a partir da apresentação da pesquisadora pela orientadora da creche local.

Reinava a “lei do silêncio”, da qual apenas a coordenadora da creche, posteriormente despedida e enviada a outro local, e a diretora da escola, quebraram, esta segunda aos sussuros para não ser ouvida pelas demais funcionárias da escola.

Nesta segunda fase, soubemos do reconhecimento oficial do quilombo.

Numa terceira fase, um novo aluno de iniciação científica, comprometido com o movimento quilombola do Vale do Ribeira, substituiu o anterior, com a proposta de levantar o que ocorria com o reconhecimento dos quilombos no Estado de São Paulo, o que foi feito (Mickenhagen & Rabinovich, 2004).

Portanto, uma pergunta estava se fazendo premente: porque o silêncio? (Rabinovich, 2003b; c; d; e).

Nesta fase, tivemos conhecimento da prisão de um ex-morador que havia iniciado uma Associação de Moradores do Bairro apócrifa e que vendera terras na hipótese de que viria a possuí-las.

Em uma quarta fase, face à necessidade de uma inserção mais consistente do pesquisador na comunidade exigida pela investigação de projetos sociais e família, a pesquisadora foi aceita como psicóloga voluntária no quadro de profissionais do Programa de Saúde da Família, que se iniciava no Carmo. Como tal, poderia acompanhar um agente comunitário de saúde às suas visitas domiciliares e assistir às reuniões da equipe.

Esta inserção trouxe uma compreensão ampliada das questões esboçadas nos itens anteriores, pois permitiu uma participação, formal e informal, em inúmeros episódios como membro auxiliar de um agente comunitário de saúde. (Rabinovich & Gallo, 2005).

Portanto, retornando aos objetivos deste artigo, reforçamos que a pergunta título é um resumo das questões envolvendo o Carmo e que a história de sua formulação corresponde ao relato da trajetória das famílias que participam de um destino comum: ser ou não um quilombo.

A seguir, exporemos os principais pontos de apoio ao nosso argumento.

A lei do silêncio

Carta da Cúria Metropolitana de São Paulo:

As versões transmitidas oralmente de geração para geração e o volumoso processo no Fórum contam a penosa caminhada dos escravos da antiga Fazenda do Carmo e de seus descendentes. Cessadas as atividades rurais, os escravos libertos foram violentamente escorraçados do chão que ocupavam pela ganância de fortes grileiros, com o respaldo da politicalha. Três alqueires foram poupados ... doados à Mitra Arquidiocesana de São Paulo, há mais de 50 anos. Neles se acolheram as famílias expulsas que formaram, ao redor da piedosa capela, um núcleo populacional característico que, até bem pouco, ainda conservava linguajar e costumes típicos (1979, 10 de outubro de, O Democrata).

Pode-se observar uma regra geral: tudo devia ser silenciado. Como regra geral, não discriminava as causas ou os motivos do silêncio, mas as suas conseqüências: comprometer-se ou ver-se comprometido. Pormenores insignificantes poderiam ficar sem resposta devido a tal lei. Isso só poderia ocorrer devido a algo muito ameaçador contaminando todas as comunicações.

Seria isto devido ao tráfico? Ou a questão básica a ser silenciada era a questão da terra? De fato, dois traficantes haviam desaparecido, um morto e o outro expulso do local. Isso fez com que as pessoas se sentissem mais tranqüilas e seguras.

Porém, muitos acontecimentos se acrescentaram a esse, conforme o relato a seguir.

O Carmo pode ser visto um “pedacinho do céu”: um lugar bucólico, com um bom atendimento de saúde e de escolaridade. Porém, bandidos instalados no local, certamente, além de atrair uma juventude sem possibilidade de emprego a não ser uma continuidade da dos pais – pedreiros, jardineiros e empregadas domésticas – criavam uma instabilidade que pode ser vivenciada pelo “toque de recolher” imposto aos pesquisadores e pelo silêncio de moradores ante assassinatos nas portas de suas casas, sem que ninguém dissesse saber do que se tratava.

No entanto, o enfoque na questão quilombola – um assunto bem maior do que dois traficantes do menor escalão – levou à consideração de que o verdadeiro silêncio se referia a uma possível pretensão a terras ocupadas por grandes proprietários.

Conforme descrito anteriormente, o Carmo é cercado por grandes proprietários, seja na forma de fazendas ou de condomínios. Muitos moradores prestavam serviços ou eram empregados do condomínio de moradias secundárias e foi dito que os empregadores pressionavam para que não fizessem parte da Associação de Bairro ou se alinhassem para o reconhecimento de serem um quilombo.

O condomínio vizinho, após a prisão acima relatada, construiu um muro delimitando a área e, segundo um morador, dentro da área que pertenceria ao quilombo.

Por ocasião da prisão do auto-denominado presidente da Associação de Bairro, seu advogado entregou-nos a documentação sobre o caso, do qual havia se demitido por ser a pessoa um escroque declarado: falsificara documentos, testenhunhos, cheques, etc. Afirmou, porém, que havia base jurídica para a posse de terras além das ocupadas pela comunidade.

A atual comunidade ocupa terras que lhe foram outorgadas pela Igreja, face ao passado e em um ato de “bondade”. No entanto, a base jurídica poderia vir a apontar para um montante de terra muito superior ao ocupado pela atual comunidade. Essa, por sua vez, dividiu a terra entre famílias que constroem cada

vez mais casas em seus terrenos, donde a ocorrência do que eles próprios denominam um afavelamento do local.

O processo de demanda dessas terras pelo escroque aprisionado chegou às instâncias superiores em Brasília, que enviou duas pesquisadoras do Ministério de Público Federal para averiguar os fundamentos da ação. Estas pesquisadoras, com experiência anterior na questão de terras ligadas a quilombos, levantaram a história do Carmo a partir de uma Fazenda, chamada do Carmo pertencente às Carmelitas, concluindo pela posse de uma área de terra muito maior do que a atualmente ocupada e sacramentada pela Igreja.

O “Progresso”

Concomitantemente, puderam ser observadas inúmeras melhorias outorgadas ao local: Posto de Saúde reformado; início do Programa de Saúde da Família; a escola duplicada; professores homens recém concursados; traficantes expulsos; transporte público aumentado; e o adensamento populacional como indício de algum atrativo como moradia.

A questão era: quem orquestrava tanto “progresso”? Com qual finalidade? Faltaria apenas, como ainda falta, pavimentar a estrada de terra que leva ao local para incluir, definitivamente, o Carmo em um “surto civilizatório”.

O supra-citado advogado, alguém não comprometido com movimentos sociais, sugerira uma conexão entre os grandes proprietários de terra no entorno do Carmo, a Prefeitura e a organização católica, uma hipótese aventada para explicar o silenciamento e as estratégias para mantê-lo.

Posteriormente, a fazenda no local onde há uma senzala foi comprada pela Prefeitura de São Roque que, obviamente, não possui verba para fazê-lo, com a intenção de lá estabelecer um Museu da Escravidão, ou equivalente. No entanto, tal propriedade poderia vir a compor parte das terras a que os descendentes dos escravos poderiam ter direito se tivessem conseguido criar uma Associação de

Moradores do Bairro idônea e representativa da comunidade, associação esta imprescindível para que o titulamento das terras possa vir a ocorrer.

Em tal área está uma fazenda a que se referem os afrodescendentes como parte de sua história. Dispõe de uma área suficientemente grande – atualmente arrendada - para cumprir a função de área comunitária de plantio, recuperando o passado e o conhecimento dos moradores. No entanto, a compra da fazenda parece trazer em seu bojo um destino “adornado”, e não endereçado a um passado e a uma prática que poderiam dar esperança a um futuro auto-sustentado.

Neste momento, ecoam as palavras de Simone Weil (2001) ao apontar o enraizamento como uma importante necessidade auferida apenas por uma raiz em uma participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos tesouros do passado e pressentimentos do futuro.

O “Esquecimento”

Vários foram os aspectos a serem descritos como parte do reservatório de idéias, lembranças e desejos “*esquecidos*” deste passado, levando ao esquecimento de si próprios como afrodescendentes, confirmando que o “*desenraizamento é condição desagregadora da memória social*” (Frochtengarten, 2005: 16), entre eles:

- ser descendente de escravo como valor negativo: a escravidão aparece como uma mancha de culpa, e não como relacionada ao sentimento de ter sido obrigado a ser escravo e do poder ser um homem livre;
- um sentimento de negritude vago: há um quadro de mestiçagem com indígenas e brancos, datando de muito tempo, sendo que a matriarca recentemente falecida e que a todos dominava, era branca. A perda da origem negra parece ocorrer concomitantemente ao embranquecimento como um valor positivo;
- a questão da propriedade da terra como tabu: eis um ponto cuja mera sugestão já tornava a pessoa suspeita;

- a construção de um muro separando o condomínio da comunidade ocorreu durante a prisão do meliante; porém, segundo o seu ex-advogado, não se justificava uma prisão por mais de dois anos, como a ocorrida, tendo ele sugerido ter havido pressões vindas de Brasília para que tal ocorresse. Durante esse período, ocorreram as “bondades” por mim denominadas como “surto civilizatório”.
- a população local se reconhece em melhores condições: têm casa, eletricidade, escola, condução, etc.;
- têm “amigos” importantes a quem recorrer: ONGs, Prefeitura, etc.;
- não têm identificação como quilombolas/ grupo;
- a prisão do ex-morador por ocupar terras ilegalmente aumentou o sentimento de insegurança e de desproteção dos moradores.

Tais sentimentos, de desproteção e de insegurança formariam a base desta identidade negada como valor. Assim, entrevistados que não se lembravam quem fora o antepassado escravo, em entrevista a um jornal, em 1998, apareciam sorridentes e recordando tal passado. Para Lewin (1979: 212), a base de sentimentos negativos contra si próprio devido ao pertencimento a um grupo desprivilegiado são o sentimento de inferioridade e o sentimento de temor, que deveriam ser contrabalançados, para serem superados, pela lealdade, para não ver a si pelos olhos da maioria hostil, ou seja, “a participação clara e completa num grupo cujo destino tem uma significação positiva” (Lewin, 1979: p. 212).

O homem desenraizado estaria mais sujeito a experimentar humilhação. O desaparecimento de condições que haviam possibilitado a coesão para resistirem e se constituírem como um grupo torna-os mais vulneráveis. As forças atuais operam para apagar tal memória de coesão e fragilizar uma possível centralidade comunitária autóctone.

O Ocultamento

Pode-se assim observar uma relação entre “silêncio”, “esquecimento da história” e “ocultamento” de questões econômicas ligadas à posse de terra e o silenciamento

dos moradores quanto à sua identificação com o seu passado histórico, cultural e étnico.

Tal observação pode ocorrer devido ao estabelecimento de relações tornadas possíveis por uma re-atualização de questões referentes à posse de terras – a recente legislação sobre remanescentes de quilombos – e de uma reorganização dos poderes hegemônicos tradicionais. Essa reorganização denotou o objetivo de “encaminhar” a população local a uma adesão aos valores “cidadinos” ou “urbanos”, ou seja, a um processo civilizatório baseado em valores “brancos” e importados.

O “progresso”, bem-vindo pela população, foi atrelado a esse processo civilizatório, e não a um fortalecimento dos valores internos ao grupo.

A Dinâmica do Grupo

As forças do grupo-de-dentro – ancoradas em extensas redes sócio-familiares e atividades em comum – não encontraram respaldo na memória e na preservação da origem e da história. Ao contrário, líderes “agentes globais no local”, tenderam a realizar um movimento de dentro para fora do grupo.

As forças que atuam sobre um dos membros de grupo desprivilegiado se dirigem para fora da área central, para a periferia do grupo e, se possível, para o status mais alto da maioria. O membro da minoria a abandonaria se a barreira levantada pela maioria não o impedisse (Lewin, 1979: 208).

Kurt Lewin, estudando a relação dos membros dos grupos não-privilegiados internamente e em relação ao grupo privilegiado, supõe um adensamento da barreira separando esses dois grupos e um grupo de pessoas cujos sentimentos hostis se voltam para si próprias devido ao desfavorecimento do alcance de metas individuais dentro da permanência no subgrupo. Ocorreria igualmente um esvaziamento das forças de identificação com os valores, hábitos, ideais e

tradições centrais ao grupo não-hegemônico. A atuação de uma impermeabilização da barreira impediria a saída dos membros do grupo desprivilegiado para o grupo privilegiado.

Esse autor aponta igualmente que os líderes vindos da periferia obtêm uma maior aceitação por parte de grupo majoritário, colocando-os culturalmente na periferia do grupo desprivilegiado, mas, devido a seu status e poder, são tornados líderes do grupo desprivilegiado.

No presente estudo, líderes comunitários atuariam como agentes “locais” de um poder “global” e obteriam, para si, uma permeabilização da barreira; de outro lado, o aporte de melhorias associadas ao “progresso” abriria brechas nessa barreira. Ambas ações resultam em um favorecimento do alcance de metas individuais, reforçando soluções individuais e não uma ação grupal.

Desse modo, o esquecimento da história da escravidão parece fortemente ligado ao ocultamento de questões econômicas – um possível direito à terra? outros direitos? todos os direitos? - gerando o silenciamento dos moradores – para si e para o outro - a respeito de sua própria identidade e identificação com o seu grupo de origem

A Morte do Quilombo

O homem que trabalha, o homem que consome: a dialética do Senhor e do Escravo conhece um avatar, talvez imprevisto, em uma sociedade onde o escravo é convidado, por todos os meios, a consumir os produtos de seu trabalho, até então reservado ao senhor, e a satisfazê-los destruindo o seu próprio desejo, um desejo informado, determinado pelo próprio Mestre (Damisch, 1976: 85).

O Carmo teve a oportunidade que mais de mil remanescentes de quilombos pleiteiam atualmente: foi reconhecido como tal, teve o Ministério recolhendo informações fidedignas que dariam escopo e reforço às suas reivindicações; foi

informado das vantagens que teria ao se reconhecer como quilombo, teve a oportunidade de ser ou não um quilombo.

Porém, ninguém se apresentou como possível liderança para assumir a presidência de uma Associação do Bairro, única interlocução aceitável para a regularização da posse da terra por meio de sua titulação.

No referente à pesquisadora de campo, por estar associada ao Programa de Saúde da Família, tivemos acesso a informações de inúmeras vantagens que o Carmo teria se fosse reconhecido como quilombo oficialmente, ou seja, tivesse as suas terras tituladas, informações essas transmitidas ao Programa de Saúde da Família e a lideranças locais.

Posteriormente, viemos a saber que havíamos sido acusadas de ser agente do condomínio, esse que construíra o muro e que certamente temia por suas terras.

2) Considerações finais

Na análise do ocorrido, duas forças opostas podem ser apontadas: de um lado, o “processo civilizatório” que visa incluir o Carmo no meio urbano → movimento para o grupo-de-fora; de outro lado, o quilombo como um “bem” e a recuperação desta “herança” esquecida → reforço do grupo-de-dentro.

Ambas são externas aos moradores, pois, afrodescendentes ou não, não construíram uma identidade como quilombolas.

Esta dualidade resulta na seguinte questão para o morador afrodescendente do Carmo: *O que sou eu como um quilombola? Quem quero ser?*

A questão da identidade, portanto, emerge como um processo de fornecimento ou fabricação de modelos identificatórios em relação a ser ou não quilombola.

Nessa luta entre identidade e alteridade, insere-se uma questão política, ou melhor, é a política em ação. Trata-se de um momento privilegiado de observação participante onde e quando esteve, e está, sendo processado o “destino” do Carmo, dentro de uma situação eminentemente política.

As forças que atuam no Carmo impediram que seus moradores pudessem optar por reforçar os elos sociais, recuperando o passado e integrando-o com o futuro, definindo assim, em certa medida, o seu destino. Poderia talvez ter-se tornado ele próprio um centro; senão, conformar-se-á, provavelmente, como periferia: a mais pobre e a mais afastada do centro, a vir a ser inserida em uma programação urbana.

A pesquisadora de campo, por sua vez, esteve envolvida como um personagem dessa história – a de ser ou não o Carmo um quilombo – sendo utilizada como tal. Durante os cinco anos em que participou desse enredo, embora mantendo-se atrelada aos seus propósitos como pesquisadora, teve, a cada momento, a sua “fala” dirigida por outros atores, ou autores, de modo que a sua identidade como pesquisadora também foi produzida pelo fornecimento de modelos identificatórios que a situaram em um tempo/ espaço, facilitando e impedindo a sua compreensão dos acontecimentos, sendo ela parte dos mesmos. Neste sentido, a própria ação do pesquisador se insere em uma política em ação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, A. C. S. (2002). *Contextos e trajetórias de desenvolvimento: a situação de famílias participantes e não participantes de projetos sociais*. Projeto aprovado pelo CNPq.

FROCHTENGARTEN, F. (2005). *Memórias de vida, memórias de guerra*. São Paulo: Perspectiva.

LEWIN, K. (1979). O ódio a si mesmo entre os judeus. In: Lewin, K. *Problemas de dinâmica de grupo* (Miriam Moreira Leite, Trad.). (p. 200-214). São Paulo: Cultrix. (Trabalho originalmente publicado em 1948).

DAMISH, H. (1976). *Ruptures, cultures*. Paris: Eds. des Minuit.

MICKENHAGEN, M., RABINOVICH, E. P., BASTOS, A. C. S. (2004). *Estudo de quilombos do Estado de São Paulo: levantamento bibliográfico e ação das ONGs*.

In: *Resumos de Comunicação Científica. XXXIV Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia* (p. 32). Ribeirão Preto: USP.

RABINOVICH, E. P. (2003a). O Carmo: aspectos psico-sócio-históricos do desenvolvimento de crianças brasileiras afrodescendentes. *Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano*, 13(1), 79-93.

RABINOVICH, E. P. (2003b). O Quilombo do Carmo: cultura de resistência ou reprodução da relação senhor/ escravo? In: *29 Congresso Interamericano de Psicologia*. Lima/Peru: SIP.

RABINOVICH, E. P. (2003c). Le Quilombo du Carmo: culture de résistance ou reproduction de la relation maître/ esclave? In : *Programme. IXème Congrès International de l'ARIC* (p. 60). Amiens/França: ARIC/ UPJV.

RABINOVICH, E. P. (2003d). Quilombo do Carmo: uma história atrás da história. In: *Livro de resumos. VI Congreso Internacional de Psicología Social de la Liberación* (p. 58). Campinas/SP: PUC-Campinas.

RABINOVICH, E. P. (2003e). Quilombo do Carmo: uma história atrás da História. In: *Resumos de Comunicação Científica. XXXIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia* (p.77). Belo Horizonte: UFMG.

RABINOVICH, E. P., BASTOS, A. C. S. (2005). Famílias do Carmo e projetos sociais. In: *Comunicação em Congressos. V Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento* (p. 241). São Paulo: USP.

RABINOVICH, E. P., GALLO, P. R. (2005). Estudo das famílias de uma comunidade quilombola do Carmo (São Roque, SP). In: PETRINI, J. C., CAVALCANTI, V. R. S. (Orgs.), *Família, sociedade e subjetividades: uma perspectiva inter-disciplinar*. (pp. 195-209). Petrópolis: Vozes.

SILVA, T. R. R., BASTOS, A. C. S., RABINOVICH, E.P. (2003). Estudo comparativo entre os registros gráfico, fotográfico e cursivo de moradias populares no Quilombo do Carmo. In: *Comunicação em congressos. IV Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento* (p. 257). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.

TASSARA, E. T., RABINOVICH, E.P. (2001). A invenção o urbano e o poético: uma cartografia afetiva. Estudo sobre o bairro paulistano da Barra Funda. In: Tassara, E. T. O. (Org.), *Panoramas interdisciplinares: para uma Psicologia ambiental do urbano.* (pp.211-267). São Paulo: EDUC/ FAPESP.

WEIL, S. (2001). *O enraizamento.* (Maria Leonor Loureiro, Trad.). São Paulo: EDUSC. (Trabalho originalmente publicado em 1949).

CONTATO

ELAINE PEDREIRA RABINOVICH

e-mail: elainepr@clas.com.br

ANA CECÍLIA SOUSA BASTOS

e-mail: acecil@ufba.br

Recebido em: 10/08/2007

Aprovado em: 27/02/2008